



Anais da Assembléia

Nº 148 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 110.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1990

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (35). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli e Valderi Mendes Vilela (18). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, às quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 218/90

Curitiba, 30 de novembro de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel onde funcionava o Centro de Saúde de Goioerê, na Rua São Mateus do Sul, parte de área maior do Estado do Paraná conforme transcrição nº 2.786, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois o imóvel cuja cessão se pretende efetivar, será utilizado pelo município para instalações de órgãos públicos municipais.

O anteprojeto em referência contém ainda dispositivo expresso no sentido de que tal cessão terá validade pelo prazo de cinco anos, prorrogáveis por igual período, tornando-se inválida caso o mencionado imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel onde funcionava o Centro de Saúde de Goioerê, na Rua São Mateus do Sul, parte de área maior do Estado do Paraná conforme transcrição nº 2.786, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel referido no "caput" deste artigo exclusivamente para instalações de órgãos públicos municipais, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de cinco anos, contados da data em que for celebrado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 217/90

Curitiba, 30 de novembro de 1990

Senhor Presidente.

Atendendo expediente da Secretaria de Estado da Administração, venho à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar providências no sentido de que o anexo integrante do anteprojeto de lei submetido a essa augusta Casa através da Mensagem nº 206, de 20 de novembro de 1990, seja substituído pelo ora encaminhado.

Tal solicitação é formulada tendo em vista reexame do assunto, feito a pedido

da Casa Militar, desta governadoria, cujo resultado demonstrou que estes novos valores são mais justos e adequados à remuneração dos integrantes do "Grupo Atividade Aviação".

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANEXO de que trata o art.1º

VIGÊNCIA 1º DE DEZEMBRO DE 1990

PILOTOS

NÍVEL	A	B	C	D	E	FATOR DE HORA-VOO DIURNA x NÚMERO DE HORAS x VELOCIDADE OPERACIONAL DA AERONAVE (600/400/300)	FATOR DE HORA-VOO NOTURNA x NÚMERO DE HORAS x VELOCIDADE OPERACIONAL DA AERONAVE (600/400/300)
CLASSE							
V	59.110,63	62.366,10	65.169,43	68.427,91	71.849,25	4,25093	8,57610
W	55.416,76	58.187,65	61.097,00	64.151,84	67.359,41	4,25093	8,57610
Y	51.721,68	54.307,76	57.023,19	59.874,36	62.867,96	4,25093	8,57610
X	44.332,92	46.549,55	48.876,99	51.320,92	53.886,95	2,37890	4,65643
K	26.903,10	28.593,41	30.552,75	32.800,03	35.388,83	-	-

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 219/90

Curitiba, 30 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa alterar, conforme especifica, a tabela de vencimentos de que trata o Anexo I, da Lei nº 9.341, de 18 de julho de 1990.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa é por todos os aspectos justo e oportuno, eis que visa conceder aos integrantes do Quadro Próprio de Jornalistas, criado pela referida Lei nº 9.341/90, tratamento semelhante ao conferido pela Lei nº 9.371/90 às carreiras do Quadro Geral do Estado e assim eliminar distorções salariais existentes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1º - A tabela de vencimentos de que trata o Anexo I da Lei nº 9.341, de 18 de julho de 1990, fica alterada, a partir de 1º de novembro de 1990, na forma do Anexo desta Lei.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual, a partir de 1º de novembro de 1990, atingem, no mesmo percentual e data de vigência, os valores contidos na tabela a que alude o "caput" deste artigo.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO de que trata o art.1°

QUADRO DE JORNALISTAS - 25 HORAS						
REF.	1A CLASSE	2A CLASSE	3A CLASSE	4A CLASSE	5A CLASSE	
NIVEL	F	G	H	I	J	
1	58.269,28	52.537,27	47.382,32	42.746,90	38.100,69	
2	60.600,05	54.638,76	49.277,61	44.450,52	39.624,10	
3	63.024,06	56.824,31	51.248,71	46.228,55	41.209,05	
4	65.545,02	59.097,30	53.290,66	48.077,70	42.857,41	
5	68.166,81	61.461,17	55.430,60	50.600,81	44.571,73	
6	70.893,51	63.919,61	57.647,83	52.600,85	46.354,58	
7	73.729,24	66.476,41	59.953,74	54.080,87	48.208,77	
8	76.678,40	69.135,45	62.351,89	56.244,10	50.137,12	
9	79.745,54	71.900,89	64.845,97	58.493,86	52.142,60	
10	82.935,37	74.776,92	67.439,82	60.833,62	54.228,32	
11	86.252,77	77.767,99	70.137,40	63.266,96	56.397,44	

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 220/90

Curitiba, 30 de novembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Tuneiras do Oeste, o imóvel constituído pela data de terras n° 1, da quadra n° 51, com a área de 600,00 m², situado no quadro urbano daquele Município, contendo edificação em alvenaria com 165,35 m², conforme o que consta na transcrição n° 1.087, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois o imóvel cuja cessão se pretende efetivar, será utilizado pelo Município para instalações de órgãos públicos, inclusive repartições de Trânsito e de Correios e Telégrafos.

O anteprojeto em referência contém ainda dispositivo expresso no sentido de que tal cessão terá validade pelo prazo de cinco anos, prorrogáveis por igual período, tornando-se inválida caso o mencionado imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Ex-

celência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1° - Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Tuneiras do Oeste, o imóvel constituído pela data de terras n° 1, da quadra n° 51, com a área de 600,00 m², situado no quadro urbano daquele Município à Rua Espírito Santo, esquina com a Avenida Rio de Janeiro, contendo edificação em alvenaria com 165,35 m², conforme o que consta na transcrição n° 1.087, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Parágrafo Único - O imóvel referido no "caput" deste artigo deverá ser exclusivamente utilizado para instalações de órgãos públicos, inclusive repartições de Trânsito e de Correios e Telégrafos, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 2° - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de cinco anos, contados da data em que for celebrado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 221/90

Curitiba, 30 de novembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no art. 172, inciso X, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica fixada em 150% (cento e cinquenta por cento), para os servidores que especifica, em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

A anexo cópia autêntica do Ofício n. 1.869/90, datado de 08 de novembro de 1990, firmado pelo Secretário de Estado da Administração contém o devido detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e conveniência de que é revestida a medida ora submetida à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ÁLVARO DIAS**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - A gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no artigo 172, item X, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, fica fixada em 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico dos servidores em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e referidos no artigo seguinte.

Art. 2° - O percentual fixado no artigo 1° será aplicado aos servidores regidos pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, ocupantes dos cargos de Guarda de Presídio e Inspetor de Presídio e aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocupantes de empregos de Agente de Reclusão I e II.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de dezembro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício n. 1869/90

Curitiba, 08 de novembro de 1990.
Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência, o pedido da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho

e Ação Social, através do processo n. 813.823-0, para igualar o percentual da gratificação pelo Exercício em Determinadas Zonas ou Locais, percebida atualmente pelos detentores do cargo de Guarda de Presídio e Inspetor de Presídio (regime estatutário) e Agente de Reclusão I e II (regime CLT), integrantes do quadro de pessoal do Departamento Penitenciário do Estado, ao percentual da Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial, percebida atualmente pelos detentores de cargos do Quadro Próprio da Polícia Civil.

Outrossim, esclarecemos que os cargos do DEPEN, acima referidos, percebem de Gratificação de Zona o percentual de 116% (cargos estatutários) e 80% (cargos celetistas). De acordo com a Lei n. 9.049, de 26.10.90, a gratificação RETP foi fixada em 150%. Assim, concordamos com a concessão do mesmo percentual aos cargos indicados do DEPEN, uma vez que a natureza do trabalho e o grau de risco podem ser considerados semelhantes.

Por outro lado, enfatizamos que, para os cargos de nível administrativo e de nível superior do DEPEN, devem permanecer os mesmos percentuais atualmente praticados, ou seja, 80% e 100% respectivamente, os regidos pela CLT e 116,67% os de nível administrativo e de nível superior regidos pelo Estatuto (Lei n. 6.714/70).

A concretização dessa medida, se for aceita por Vossa Excelência nos moldes conforme delineamos, acima, deverá se dar através de promulgação legal. Para isso, fazemos anexar minuta de anteprojeto de Lei.

Atenciosamente
(a) **GINO AZZOLINI NETO**
Secretário de Estado da Administração

MENSAGEM N° 222/90

Curitiba, 03 de dezembro de 1990.
Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembléia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa agrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 103.624.924,00 (cento e três milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros), sendo Cr\$ 103.324.924,00 (cento e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros), do Tesouro Geral do Estado e Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), de recursos próprios da FAMEPAR, conforme detalhamento a seguir:

ÓRGÃOS/FINALIDADE

VALOR Cr\$ 1,00

CHEFIA DO PODER EXECUTIVO

T O T A L

103.624.924

- Casa Civil
- atender as despesas com Transferências a municípios 75.324,924

- atender as despesas com Subvenção Social para a distribuição de vale-refeição e auxílio creche aos funcionários da Governadoria. 1.000,00

- Centro de Convenções de Curitiba
- prover recursos para a Integralização de Capital. 13.000,00

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- recursos para a restauração do prédio da Defensoria Pública. 11.500,00

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE

- Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR
- recursos necessários para cobrir despesas com PASEP. 300.000

- Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUREHMA.
- recursos necessários para cobrir as despesas com PASEP. 2.000,00

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

- Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPER/PR.
- recursos necessários para cobrir as despesas com PASEP. 500.000

Esclareço que os recursos para a cobertura do referido crédito são decorrentes de remanejamento de recursos próprios da FAMEPAR e cancelamento de dotações orçamentárias da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, tendo como objetivo executar as ações programadas pela Administração Pública Estadual.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Ficam aprovados créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 103.624.924,00 (cento e três milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros), sendo Cr\$ 103.324.924,00 (cento e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros), do Tesouro Geral do Estado e Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), de recursos próprios da FAMEPAR, conforme detalhamento nos anexos I e III desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura dos créditos de que trata o artigo 1º, igual importância proveniente do cancelamento de dotações, de acordo com o anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º, desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios das Fundações e Autarquias, aprovados pela Lei Estadual n. 9.173, de 27 de dezembro de 1989, conforme anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP I
I 0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I	I	
I 0901	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA	I	I I I		I	I	
I	ICIVIL	I	I I I		I	I	
I 2215	IATENDIMENTO A ENTIDADES	I	I I I		I	I	
I	IASSISTENCIAIS, EDUCATIVAS E	I	I I I		I	I	
I	ICULTURAIS	I	I I I		I	I	
I 0903	IDIRETORIA GERAL - CASA CIVIL	I	I I I	75.324.924	I 0860	I	
I 2218	IMANUTENCAO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I	
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I	I	
I	ICASA CIVIL	I	I I I	1.000.000	I 0860	I	
I 0911	IGABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	I	I I I		I	I	
I	IDO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES	I	I I I		I	I	
I	IVINCULADAS	I	I I I		I	I	
I 1047	IINVERSOES PARA O CENTRO DE	I	I I I		I	I	
I	ICONVENCOES DE CURITIBA	I	I I I	13.000.000	I 0860	I	
I 1300	I PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I	I	
I	I	I	I I I		I	I	
I 1301	I PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	I	I I I		I	I	
I 2104	IMANUTENCAO DA DEFENSORIA PUBLICA	I	I I I	11.500.000	I 0860	I	
I	I	I	I I I		I	I	
I 2300	I SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I I I		I	I	
I	I	I	I I I		I	I	
I 2302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
I 2167	I PROGRAMACAO A CARGO DO INSTITUTO	I	I I I		I	I	
I	I DE PESOS E MEDIDAS DO PARANA -	I	I I I		I	I	
I	I IPEM	I	I I I	500.000	I 0860	I	
I	I	I	I I I		I	I	
I 3100	I SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I	
I	I DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I	I	
I	I MEIO-AMBIENTE	I	I I I		I	I	
I	I	I	I I I		I	I	
I 3102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
I 2175	I PROGRAMACAO A CARGO DA	I	I I I		I	I	
I	I SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA	I	I I I		I	I	
I	I ROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL	I	I I I	2.000.000	I 0860	I	
		T O T A L		103.324.924			

I CANCELAMENTO		A N E X O I I			FL. 02	
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CRS 1,00	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I					I	
I</						

SUPLEMENTACAO		ANEXO III			FL. 03		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI						
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I	I	I	I	I	I	I
I 3277	IFUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS	I	I	I	I	I	I	I
I	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I	I	I	I	I	I	I
I	IFAMEPAR	I	I	I	I	I	I	I
I 2277	IMANUTENCAO DA FAMEPAR	I 3280.00	I 40	I LI	300.000	I 0860	I	I
TOTAL					I 2.800.000	I		

CANCELAMENTO		ANEXO IV			FL. 03		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI						
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
I	I	I	I	I	I	I	I	I
I 3200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I	I	I	I	I
I	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I	I	I	I	I	I
I	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I	I	I	I	I	I
I	IVINCULADAS	I	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I
I 3277	IFUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS	I	I	I	I	I	I	I
I	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I	I	I	I	I	I	I
I	IFAMEPAR	I	I	I	I	I	I	I
I 1074	I APOIO AOS MUNICIPIOS PARA O	I	I	I	I	I	I	I
I	I PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	I	I	I	I	I	I	I
I	I URBANO	I 4130.00	I 40	I LI	300.000	I 0860	I	I
TOTAL					I 300.000	I		

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n° 1154/90, do Senhor Luiz Che-
mim Guimarães, Procurador Geral da Justi-
ça, encaminhando Anteprojeto de Lei que
estende aos ocupantes dos cargos de nível
universitário do Quadro de Pessoal da Pro-
curadoria-Geral de Justiça, a gratificação
de responsabilidade técnica prevista pela
Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989. Ao
Conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/SAT/345, 346, 347, 348
e 349/90, do Senhor Governador do Estado,
comunicando haver SANCIONADO os Projetos
de Lei números:

367/90:

De autoria do Deputado Cândido Bastos,
que declara de Utilidade Pública a "Asso-
ciação Atlética Santa Maria", com sede e
foro no município de Guarapuava, o qual
convertido em Lei tomou o n° 9.452. Anote-
-se - Arquite-se.

508/90:

De autoria do Deputado Cândido Bastos,
que declara de Utilidade Pública a "Asso-
ciação dos Moradores da Bacia do Rio do
Campo-RIOCAM" - com sede e foro na cidade
de Campo Mourão, o qual convertido em Lei
tomou o n° 9.453. Anote-se - Arquite-se.

520/90:

De autoria do Deputado Rubens Bueno,
que declara de Utilidade Pública Estadual
a "Sociedade Cultural Peru-Brasil", com
sede e foro no município de Curitiba, o
qual convertido em Lei tomou o n° 9.454.
Anote-se - Arquite-se.

528/90:

De autoria do Deputado Ezequias Losso,
que declara de Utilidade Pública a "Socie-
dade Paranaense de Psicodrama - SPP.", com
sede e foro nesta capital, o qual conver-
tido em Lei tomou o n° 9.455. Anote-se - Ar-
quite-se.

368/90:

De autoria do Deputado Cândido Bastos,
que declara de Utilidade Pública a "Asso-
ciação dos Deficientes de Guarapuava", com
sede e foro no município de Guarapuava, o
qual convertido em Lei tomou o n° 9.456.
Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o Plenário, regime de
urgência ao Projeto de Lei n° 607/90, que
objetiva a aprovação a créditos suplemen-

tares ao vigente Orçamento Geral do Esta-
do, com sua inclusão na Ordem do Dia da
Sessão Plenária de amanhã, dia 06 do cor-
rente mês, com a constituição desta Assem-
bléia Legislativa em Comissão Geral, a fim
de emitir o competente parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO N° 2731

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante
subscrito, REQUER, na forma regimental,
após ouvido o duto Plenário, seja confe-
rido REGIME DE URGÊNCIA e transformada a
Assembléia Legislativa do Estado em COMIS-
SÃO GERAL DE PLENÁRIO para apreciação,
discussão e votação do Projeto de Lei n°
602/90 de autoria do Deputado Algaci Tú-
lio, versando sobre a proibição do METANOL
(Álcool Metílico) no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO N° 2746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o duto Plenário, para
o Projeto de Lei n° 545/90 da Igreja Apos-
tólica Primitiva do Brasil, uma imediata
inclusão na Ordem do Dia, transformando-se
o Plenário em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 2747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o duto Plenário, para
o Projeto de Lei n° 543/90 da Associação
Beneficente Evangélica Segundo Exército
da Salvação, uma imediata inclusão na Or-
dem do Dia, transformando-se o Plenário em
Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 2753

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante
subscrito, no uso de suas atribuições re-
gimentais e após ouvido o duto Plenário,
REQUER, que seja concedido REGIME DE UR-
GÊNCIA ao Projeto de Resolução n° 167/90,
autoriza a realização de plebiscito na
área que especifica, para que a respectiva
população decida sobre a criação do muni-
cípio de YOLANDA, com Território desmem-
brado do município de Ubitatã.

REQUER-se ainda, que a Assembléia seja
constituída em COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO,
para apreciação e parecer sobre a respec-
tiva matéria.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Projeto de Lei nesse sentido, já foi sancionado, tendo recebido o n° 9420, de 30 de outubro de 1990. Com a votação e conseqüente publicação da resolução que autoriza o plebiscito, estaremos cumprindo dispositivo constitucional que efetiva a criação do município, após realização de plebiscito favorável, pela população diretamente interessada.

REQUERIMENTO N° 2736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 338/90, que equipara os níveis de vencimentos dos policiais civis que exerceram os cargos de inspetor e guarda de trânsito aos das classes iniciais das carreiras de detetives e agente de segurança, respectivamente.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados MÁRIO PEREIRA e CAÍTO QUINTANA, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e Comunicações - ICMS.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia de 06 de dezembro do corrente, do Projeto de Lei n° 266/90, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação - ICMS.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 2739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 181/90, que autoriza a realização de plebiscito no município de Nova Aurora, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Palmitópolis.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 2740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 187/90, que autoriza a realização de plebiscito no município de Matelândia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de RAMILÂNDIA.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 2741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 608/90, dispõe a gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no art. 172, inciso X da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica fixada em 150% (cento e cinquenta por cento), para os servidores que especifica, em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 2742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para apreciação e Parecer ao Projeto de Lei n° 607/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 222/90, que aprova créditos suplementares, alterando o Orçamento Geral do Estado, para os órgãos da Administração Direta e Indireta, no valor de Cr\$ 103.624.924,00, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO N° 2743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e Parecer ao Projeto de Lei n° 604/90, visa conceder aos integrantes do Quadro Próprio de Jornalistas, criado pela referida Lei n° 9.341/90, tratamento semelhante ao conferido pela Lei n° 9.371/90 às carreiras do Quadro Geral do Estado e assim eliminar distorções salariais existentes.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 2744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 39/90.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO N° 2745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto do art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 181/90, que autoriza a realização de Plebiscito no município de Nova Aurora, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Palmitópolis.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 2750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja apreciado em Comissão Geral o Projeto de Resolução n° 183/90.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO N° 2748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

REQUERIMENTO N° 2751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução n° 103/90, em virtude de que o mesmo foi substituído pelo Projeto de Resolução n° 181/90, que tem o mesmo objetivo: a autorização de plebiscito no atual distrito de Palmitópolis, no município de Nova Aurora, para que a população decida sobre a criação do município de PALMITÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Gomes Brandão, ocorrido no dia 28 de novembro do corrente.

REQUER ainda que o presente se dê ciência a sua esposa Sra. Dirce Drulla Brandão e aos seus filhos: Izabel Cristina Drulla Brandão, Elvira Helena Drulla Brandão Benedito e a Luiz Antônio Drulla Brandão, através de correspondência enviada à Rua Petit Carneiro, 448 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Milton Félix Pessoa, ocorrido no dia 03 de Dezembro do corrente.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao seu pai Sr. Severino Félix Pessoa, através de correspondência enviada à Rua Presidente Getúlio Vargas, 181 Assaí - Pr.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES e o envio de cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor José Ivo Scheifer, Digníssimo Prefeito Municipal de Ipiranga, pela data que assinala a 07 de dezembro do ano em curso o transcurso do 96º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa daquele promissor Município paranaense.

Requer, ainda, que as manifestações em apreço sejam extensivas aos Senhores: Vereador Mário Diórgenis Canteri, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e demais membros daquele Legislativo; ao Doutor Laertes Ferreira Gomes, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca; Doutor Salvati José Dias Mâncio, mui Digno Promotor de Justiça e demais autoridades representativas.

A presente proposição é a expressão autêntica do nosso regozijo e contentamento e que aqui queremos compartilhar com aqueles que, de uma forma ou de outra pela labuta e esperança, fizeram de Ipiranga a sua terra mãe, aos quais hoje rendemos a nossa homenagem.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO Nº 2738

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT que este subscreve, pede a inserção nos anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço aos promotores e autores dos eventos culturais abaixo relacionados, pela sua importância para o Paraná e a animação da Cidade de Curitiba.

1. A Sansores França, veterano ator de teatro, e aos promotores do lançamento do seu livro "AVOAR", de "versos", programado para 3 de dezembro corrente, no Auditório Salvador de Ferrante, do Teatro Guaíra, em Curitiba,

2. A Maria Thereza Lacerda, pelo lançamento do seu livro "Cartas da Minha Cozinha", dia 11 de dezembro corrente, na livraria Ipê Amarelo, à rua Comendador Araújo 96, em Curitiba.

3. A Daniel Santos Bortolossi, e ao Banco de Boston, seção de Curitiba, pela promoção de recital de piano com peças de Bach, Bethoven, Villa Lobos e Liszt, na Sociedade Thalia, dia 5 de dezembro corrente, em Curitiba. (Endereço: rua Mário Scaramuzza 50 CEP 80.430)

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

É fundamental que o processo cultural, de animação e investigação flua, em qualquer tempo, mesmo nos tempos ditos de crise.

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração na Ata da presente sessão, de Votos de Congratulações dirigidos a Guarapuava pela passagem do 171º aniversário, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Fernando Ribas Carli, Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor João Bosco Pires, Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Vilmar Luiz Turok, Líder do PMDB, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo cumprimentem a laboriosa população Guarapuavana.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Com 171 anos de fundação, Guarapuava dá, a cada instante, mostras de que a sua independência veio mesmo a coroar o desenvolvimento, que na realidade já vinha acontecendo há muitos anos atrás.

Tendo em vista as naturais dificuldades de um Município, Guarapuava por outro lado, tem sabido transpor as barreiras rumo ao processo desenvolvimentista, fruto da dedicação de seu povo, trabalhador e ordeiro, para quem não existem dificuldades que os desanimem no sentido de galgar novas posições de destaque, particularmente na região do centro-oeste.

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata da sessão de hoje, Votos de Congratulações, ao município de Pinhão, pela passagem dos 26 anos de sua emancipação política.

Outrossim, REQUER que da decisão do Plenário seja dada ciência aos Senhores Darcy Brolini, Prefeito Municipal, Vereador Nelson Zambruski, Presidente da Câmara Municipal, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo cumprimentem a laboriosa população pinhoense.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Quando Pinhão completa 26 anos de emancipação política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, bem como todos os Senhores Vereadores, irmanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí

a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

É com grande júbilo que o povo pinhoense comemora o 26º aniversário de seu Município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo que seu povo conquistou com trabalho, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Pinhão é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaenses.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 610/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a ADESCAM - "Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão", com sede e foro na municipalidade de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: Raul Lopes, João Arruda, Pedro Tonelli e Lindolfo Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Sediada em Campo Mourão, Município pólo de 22 outras cidades, a FACILCAM - "Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão", referencia um marco científico muito mais do que o seu âmbito cultural: coloca-se com vigor na dinâmica social da região Centro-Oeste, contribuindo decisivamente para o seu progresso político e econômico.

A FACILCAM traz consigo muitas conquistas do passado que servem de sustentação aos dias de hoje, em cuja realidade se lança a novos desafios, naturais à engrandecedora pujança e à exigência da modernidade. Tanto é assim, que a Lei Estadual n° 8.465, de 15 de janeiro de 1987, instituiu essa FACILCAM, a partir de então mantida pelo Poder Público Estadual e em substituição ao pesado ônus da Prefeitura de Campo Mourão, quando efetivamente, ela já servia a todas as comunidades circunvizinhas.

A melhoria dos cursos e o reconhecimento de Geografia, Letras e Pedagogia, são metas centrais, aliados à adequação do seu espaço físico compatível para os mais de quatro mil alunos. Esse é parte do cotidiano de uma escola de ensino superior que quer corresponder às expectativas objetivando contribuir com efetividade para que os sonhos da sua gente possam se rea-

lizar, vanguardados pela imorredora vontade de lutar e vencer.

E é nesse contexto que professores e funcionários da FACILCAM se inserem, como parte imprescindível do processo didático-pedagógico-funcional. Com 130 professores e 40 funcionários, a ADESCAM - "Associação dos Docentes de Ensino Superior de Campo Mourão", tem como função precípua representar o conjunto do professorado e funcional, com respeito aos seus direitos, assim como propugnar por um maior intercâmbio entre os seus integrantes, dentro e fora daquela Instituição.

PROJETO DE LEI N° 611/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - O Art.1º, da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º -

§ 1º - As associações beneficentes ou religiosas e de caráter filantrópico, bem como as esportivas, sem finalidade lucrativa, poderão promover nos recintos de suas respectivas sedes ou em locais mais apropriados, sorteios de números mediante cartelas ou cupons, em datas previamente fixadas, com distribuição de prêmios igualmente prefixados, e que serão entregues no mesmo dia e local do sorteio.

§ 2º - As atividades serão autorizadas e fiscalizadas pela Fundação de Esporte e Turismo do Estado do Paraná."

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90

(a) RAUL LOPES.

Apoio: Acir Mezzadri, Rafael Greca, Ezequias Losso e Haroldo Rodrigues Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

O acréscimo do parágrafo único ao art.1º da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989, vem dar maior amplitude filantrópica a referida Lei n° 8512.

Tendo em vista a necessidade das associações beneficentes ou religiosas e de caráter filantrópico bem como as esportivas, sem finalidade lucrativa, de angariar recursos através dos meios legais disponíveis, visando dar continuidade às suas atividades de caráter eminentemente social, justifica-se plenamente o acréscimo do parágrafo único em tela que as habilitam a realizar sorteios de números mediante cartelas ou cupons, em datas previamente fixadas, com distribuição de prêmios igualmente prefixados, os quais serão entregues no mesmo dia e local do sorteio.

Saliente-se que a licitude de tais atividades será fiscalizada pela Fundação de Esporte e Turismo do Estado do Paraná.

As razões aqui explícitas nos conferem a oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 612/90

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, imóvel no mesmo Município com área de 3.584,41 (três mil, quinhentos e oitenta e quatro metros e quarenta e um decímetros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, através de Doação que fez o município de Foz do Iguaçu ao próprio Estado, objeto da transcrição de Matrícula n. 18.391, do livro n. 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2° - O imóvel que trata o artigo 1°, será destinado para a instalação da área administrativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu, não podendo a qualquer tempo ser transferido a terceiros, ou ser utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio de Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O imóvel de que trata o presente projeto de lei, visa, a unificação da área administrativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu, através de outros projetos de lei em andamento nesta Casa de Leis. A unificação da área administrativa da Prefeitura é de primordial necessidade a toda população que depende dos serviços colocados à sua disposição.

PROJETO DE LEI N° 613/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, área de terra situada à rua Jorge Schimmelpfeng, n. 840 no mesmo Município com matrícula n. Av - 02/31.806, com área de 3.413,00 m2. (três mil, quatrocentos e treze metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, de propriedade da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, o objeto da transcrição encontra-se no Livro 02, do

Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2° - O imóvel que trata o art. 1°, será destinado à instalação da Secretaria Municipal da Criança e para o Serviço de Valorização do Menor, não podendo a qualquer tempo ser transferido a terceiros, ou ser utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que ora se submete à apreciação desta Casa de Leis, e que tem por objetivo a doação do imóvel de propriedade do Estado ao município de Foz do Iguaçu, fundamenta-se principalmente pela necessidade do Município em centralizar sua área de administração e ainda por esta área constar na relação de imóveis da SUREHMA, e conforme ofício endereçado ao Ilustríssimo Prefeito dessa Cidade, Of. n. GS/130/90, a intenção do Estado em, doar a mesma.

PROJETO DE LEI N° 614/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo estadual autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo Município, com área de 2.400 (dois mil e quatrocentos metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição n. 2780 do Livro n. 3-C às fls. 142, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2° - O Imóvel que trata o artigo 1°, será destinado à instalação da Secretaria de Assuntos Comunitários - SUCEAM, para que a mesma possa atender neste local os migrantes da Tríplice Fronteira, através de alojamentos para os mesmos. O imóvel não poderá a qualquer tempo ser transferido a terceiros, ou ser utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em questão, objeto do presente projeto de lei, contribuirá de forma significativa para solucionar um problema constante e de urgente necessidade.

Foz do Iguaçu, cidade de fronteira e

com passagem constante de migrantes brasileiros que foram para os países vizinhos em busca de novos horizontes e oportunidades, defronta-se constantemente com falta de local apropriado para alojar os migrantes.

A localização do imóvel é ideal para as instalações pretendidas, além da solução de um problema social de grande monta, sem prazo para solucioná-lo.

PROJETO DE LEI N° 615/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, imóvel situado no mesmo Município, com área de 1.800 m2 (mil e oitocentos metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, adquirido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição n. 1613, do Livro n. 3-B às fls. 50 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado no mesmo Município, com área de 3.610,14 m2 (três mil, seiscentos e dez metros e quatorze decímetros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, através de doação que fez o município de Foz do Iguaçu ao próprio Estado, objeto da transcrição de Matrícula n. 18.390, do Livro n. 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 3° - Os imóveis que tratam os artigos 1° e 2°, serão destinados à instalação da área administrativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu, não podendo a qualquer tempo serem transferidos a terceiros, ou serem utilizados para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Os imóveis, objetos do presente projeto de lei, visam a organização do setor administrativo da Prefeitura de Foz do Iguaçu, tendo em vista que as áreas em questão localizam-se nas imediações do atual edifício da Prefeitura Municipal, facilitando desta forma o acesso da comunidade aos serviços e ainda melhorando de forma significativa as condições dos serviços oferecidos.

Considerando que um dos imóveis, foi objeto de doação da própria Prefeitura ao Estado do Paraná, a doação torna-se mais amigável, dinamizando os setores relevantes do Município à população.

PROJETO DE LEI N° 616/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto "Monte Sinai" de Assistência Social, com sede e foro em Goioerê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento:

Raul Lopes e João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma Entidade com a finalidade de prestar ajuda na parte alimentícia, vestuário e alojamento, a qualquer pessoa que venha a procurar a Entidade, sem discriminação quanto à cor, sexo ou credo religioso.

Conforme atestado da Prefeitura Municipal de Goioerê, o Instituto em pauta não remunera em hipótese alguma a sua Diretoria, e nem distribui bonificações, lucros ou qualquer tipo de vantagens, tendo o caráter único e exclusivo, como já pudemos verificar, de prestar serviços assistenciais às pessoas mais necessitadas.

PROJETO DE LEI N° 617/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem", ao Senhor Joaquim Penido Monteiro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a homenagem através da qual pretendemos seja concedido "post-mortem" o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Desembargador Joaquim Penido Monteiro, por quem mantivemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense, além do que, acrescentamos, "que a memória preservada e divulgada dos vultos ilustres dos cidadãos de vida e conduta irrepreensível e edificante, é necessária para que as novas gerações tenham um parâmetro, um exemplo em quem se inspirar".

O Desembargador Joaquim Penido Monteiro nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, a 16 de novembro de 1890, filho do médico Doutor Joaquim Antonio Monteiro da Silva,

e Dona Francisca Penido Monteiro.

Ali passou sua infância, indo depois fazer seu curso de humanidades (ginasial) no Colégio São Luiz em Itu, São Paulo, onde colou grau em 1907. Matriculou-se no 1.º ano da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1908, com a carta de bacharel em Ciências e Letras, expedida pelo Colégio São Luiz, de Itu. Recebeu o grau de Bacharel em Direito no dia 12 de dezembro de 1912.

Como estudante de Direito, em São Paulo, exerceu atividades jornalísticas, que passaria a desenvolver profissionalmente, recém-formado, quando foi nomeado Diretor da Agência Americana do Rio de Janeiro. Neste cargo viajou por toda a América do Sul e esteve, depois, como Diretor em Buenos Aires.

Em seguida, quis o destino que o seu primeiro posto dentro da profissão para a qual se tinha formado, fosse exercido no Paraná, sua terra de adoção, na qual viveu 44 dos seus 72 anos. Por Decreto do dia 03 de junho de 1916, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Palmeira. Lá chegando fez logo imenso círculo de relações dentro da sociedade local, relações estas que conservou por toda a vida. Muito contribuiu para isto seu temperamento extremamente sociável e sua imensa cultura literária que o fazia dono dos salões daquela época, onde as tertúlias eram tradicionais.

No dia 26 de janeiro de 1917, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Palmas, convocado que foi pelo Governo de então, judicatura que desempenhou num período difícil do chamado "Contestado".

No dia 20 de novembro de 1917 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Rio Negro. Nesta cidade, em fevereiro de 1918, conheceu a senhorinha Olindina Amazonas de Araújo Marcondes. Com ela, que foi a companheira perfeita durante 39 anos e sua grande incentivadora, contratou casamento em União da Vitória, no dia 17 de junho de 1918 e casou no dia 24 de dezembro do mesmo ano.

Ali em Rio Negro, também manteve um grande círculo de amizades, entrosando-se completamente na sociedade local.

Em 1920, nasceu sua primeira filha, Maria, em União da Vitória.

Em Curitiba, no mesmo ano, foi professor de francês e inglês no Ginásio Estadual e nesta época requereu o título de agricultor, revelando, desta e de outras formas, o seu grande amor pela terra e por seus problemas.

Em 1922, nasceu sua segunda filha, Eríclia. Em 1923, apesar do acidente automobilístico que teve como consequência a perda de uma perna, veio ser fazendeiro em União da Vitória, provando, com isto que

sua fortaleza moral superava de longe a deficiência física que o abatera.

A coragem era uma das mais fortes marcas do seu caráter.

Em 1925, nasceu em Porto União sua terceira filha, Henriqueta, que ele fez questão de registrar no Paraná, como cidadã paranaense.

De 1928, quando nasceu seu quarto e último filho, Joaquim Antônio, a 1930 foi Prefeito de União da Vitória, tendo marcado sua gestão com grandes melhoramentos para a cidade, que muito se beneficiou de seu espírito empreendedor e de sua visão administrativa.

Em 25 de junho de 1930, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Jerônimo da Serra, no Norte do Paraná, na época em que o Norte era sertão inexplorável.

Em 1932 foi removido para a Comarca de Palmas, onde reencontrou suas velhas amizades ali deixadas em 1917.

Em 23 de abril de 1934, foi removido como Juiz de Direito para a Comarca de Irati, onde esteve até 1938. Em 13 de janeiro de 1938, foi removido para a Comarca de Paranaguá, onde ele teve atuação importante durante a 2.ª Guerra Mundial como chefe da Defesa Passiva local.

Em maio de 1946 então transferido para a Comarca de Campo Largo, onde inclusive incentivou o alistamento eleitoral.

Em 28 de janeiro de 1950 foi removido por merecimento, para a recém-criada 4.ª Vara Cível e Comércio da Capital, onde, a partir de 1951, dividia o seu tempo entre a judicatura e o magistério superior, na qualidade de professor, primeiro de Direito Comercial e depois de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, mister que encarava como sacerdócio.

Empenhou-se ao máximo, como professor, para que os alunos aproveitassem os ensinamentos transmitidos e a eles se dedicou com devotamento e entusiasmo.

Era professor exigente, sim, no sentido de se esforçar para ministrar aulas bem preparadas e com assiduidade e para motivar os alunos e deles obter o melhor aproveitamento. Sabia comunicar-se com os alunos de forma cordial e respeitosa, inspirando-lhes confiança e reconhecimento, o que foi comprovado pela escolha de seu nome por aclamação para ser paraninfo e patrono de várias turmas de bacharéis.

Por Decreto de 21 de outubro de 1954, foi nomeado, por merecimento, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo cargo exerceu proficuamente até a sua aposentadoria voluntária. Como Desembargador exerceu mandato de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Apesar de ter sido na mocidade um brilhante advogado, ele se considerava um juiz por vocação, profissão que achava extremamente difícil, mas que exercia com grande sabedoria, devotamento e humanidade.

Os testemunhos de todas as pessoas que com ele trabalharam por esse Paraná afora são eloquentes. Era um juiz probo, rigoroso, mas profundamente humano, que fazia da sua profissão um apostolado. A sua vida foi o legado que deixou aos seus descendentes. Uma vida toda de dedicação ao serviço da bondade, da verdade e da Justiça.

Sob o aspecto literário, Joaquim Penido Monteiro era homem de grande cultura, apaixonado pela boa literatura e pela boa poesia. Era leitor insaciável.

Falava seis línguas perfeitamente e conhecia profundamente o grego e o latim. Recitava de cor grandes trechos da Ilíada, de Homero, no original. Tinha feito curso de arte dramática, quando estudante de Direito, em São Paulo. Tinha uma dicção perfeita. Era um maravilhoso recitador de poesias, considerado por gente como Guilherme de Almeida, seu amigo íntimo, como seu melhor intérprete.

Os seus discursos ficaram famosos, em todos os lugares onde viveu. Fazia conferência sobre os mais variados assuntos, desde A Divina Comédia, de Dante, uma de suas paixões, até os Índios do Roncador. Foram estes os dois temas que dera ao Touring Club, que o convidara a fazer conferências durante a viagem do "Ana Nery" até Manaus, viagem esta que não iria realizar, pois faleceu repentinamente, duas horas antes do embarque.

Era o que chamamos um homem da Renascença. Lia sobre tudo, estudava tudo, penetrava em tudo, com sua inteligência fora do comum.

Assistia curso sobre Genética, do Professor Newton Freire Maia, sobre o Tratado de Tordesilhas, do Prof. Jayme Cortezão, sobre a Divina Comédia, do Prof. Bruno Ennei.

E ganhava prêmios no final do curso, por ter tido aproveitamento excepcional!

Foi um jovem em espírito, em entusiasmo, em vigor, em amor pela vida. Morreu como árvore. Caiu de pé, ceifado por um colapso, quando se preparava para realizar um grande sonho - o de conhecer o rio Amazonas. Esse rio, que poderia simbolizá-lo, na sua grandeza.

"Sua personalidade deixou uma marca inesquecível no âmbito familiar. Firme no caráter, amoroso, sentimental, conselheiro e amigo de todos os momentos; era pessoa de trato simples e acessível para adultos e crianças, desde o mais humilde até o mais culto interlocutor, sem nunca deixar

de transparecer o humanista da mais elevada estirpe".

Este, como diz Henriqueta Penito Monteiro Garcez Duarte, uma de suas filhas, era o nosso Pai!

Assim, ensejando a passagem do ano de seu Centenário, não poderíamos nos furtar da satisfação de prestar esta homenagem à memória desse insigne homem público, como reconhecimento e gratidão pelo que representou para todos nós paranaenses.

PROJETO DE LEI N° 618/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, a área compreendida entre as Rodovias BR-277 e BR-376, na localidade de São Luiz do Purunã, Município de Balsa Nova, Matriculada sob número 12.242, livro 2 ou Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, destinada à implantação de um terminal de cargas rodoviárias.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias da vigência desta lei, praticará os atos necessários à sua efetivação.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoiamento: João Arruda, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Ezequias Losso, Rubens Bueno, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A implantação do terminal de cargas rodoviárias em São Luiz do Purunã, é medida de alta significância econômica para o Paraná, constituindo-se em fator de relevante interesse público, principalmente às classes produtoras e transportadoras de cargas de nosso Estado, conforme demonstramos a seguir.

O Paraná é o maior produtor de cereais do País, cujas safras são carreadas pelas Rodovias BR-277 e BR-376, com destino a Paranaguá, para exportação, ou a outros Estados, para consumo interno.

É sabido, também, que os longos percursos rodoviários contribuem para o encarecimento dos fretes, o que reflete no custo final dos produtos.

O terminal, virá a solucionar, em grande parte, este problema, a medida que servirá de base intermediária de armazenamento e remanejamento de cargas, entre as zonas de produção e as de exportação. O local proposto é o mais estratégico possível, pois além de encontrar-se inserido exatamente no entroncamento de duas rodo-

vias, situa-se a curta distância da BR-116, que liga Norte-Sul, e a menos de 10 quilômetros da Estrada de Ferro Central do Paraná, com a qual poderá interligar-se, facultando, desta forma, uma integração de transporte de cargas, minimizando significativamente o seu custo.

Outro aspecto a ser considerado é o atinente à segurança dos motoristas, que comumente são vítimas de assaltos nas estradas, onde, também há carência de atendimentos emergenciais à saúde, movimentação bancária, consertos de veículos e outros serviços de que carecem os profissionais do transporte em viagens.

O terminal, devidamente equipado com serviços de infra-estrutura básica, como instalações adequadas para pernoites, restaurantes, atendimento médico, agência bancária, oficinas mecânicas, etc., por certo, facilitará em muito a vida dos caminhoneiros, proporcionando-lhes, sobretudo, a segurança de que tanto necessitam.

Considerando as razões expostas, julgamos ser a matéria constante deste plano de lei da mais alta relevância, não só para a laboriosa classe dos profissionais do transporte, mas para o próprio Estado do Paraná.

Finda a leitura do Expediente, passo a palavra, no Pequeno Expediente ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente Deputado José Afonso, demais Deputados. A preocupação que nos traz à tribuna na tarde de hoje diz respeito a uma assunto bastante polêmico que vem sendo tratado nesta Casa, há já alguns meses.

No mês de abril - se não me falha a memória - do corrente ano, autografado pelo Deputado Caíto Quintana e pelo Deputado Mário Pereira, deu entrada nesta Casa o Projeto de Lei n° 266/90, que busca, através de uma melhor e mais criteriosa redistribuição da quota-parte destinada aos municípios do ICMS, praticar justiça na aplicação desse tributo, que é o principal tributo do Estado do Paraná e das prefeituras.

Esse projeto permaneceu por algum tempo tramitando nesta Casa, veio a Plenário, gerou algumas polêmicas e por requerimento do Deputado Algaci Túlio, foi retirado da Ordem do Dia, estando agora aguardando uma nova deliberação deste Plenário.

Nós entramos na tarde de hoje, já protocolamos junto à Presidência desses trabalhos, um requerimento onde pedimos a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, dia 06 de dezembro, do Projeto de Lei n° 266/90, para que possa nesta Casa darmos prosseguimento à sua análise, à sua discussão e, principalmente, votarmos esse projeto para que possa ir à sanção de S.Exa. o Sr. Go-

vernador e para que, sancionado, se transforme em lei e publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná até o dia 31 de dezembro, possam os efeitos desta lei serem aplicados já a partir de janeiro de 1991.

Para o dia de amanhã teremos a oportunidade de mais uma vez discutirmos os critérios que estão sendo propostos no que diz respeito à redistribuição do ICMS no Paraná, e tendo em vista uma reunião para a qual estamos sendo convidados a participar pelo Deputado Neivo Beraldin, onde também será discutido esse assunto.

É evidente que, pelo que sabemos do posicionamento do Deputado Neivo Beraldin, é diferente do nosso posicionamento com referência a esse projeto, mas pelo que temos a conhecer a maioria dos Srs. Deputados tem opinado favoravelmente à aprovação desse projeto porque vem em benefício dos municípios que têm na produção primária a sua principal fonte de riqueza que ao longo dos últimos tempos vêm perdendo significativamente o seu poder de arrecadação por que também os produtos da agropecuária vêm perdendo no poder de troca com os produtos industriais.

Por esta razão, reveste-se de plena justiça o Projeto de Lei n° 266, e é por esta razão que pedimos aos Srs. Deputados que dêem voto favorável ao nosso requerimento e que tenhamos amanhã na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 266/90 e, desta forma, possamos praticar uma justiça aos municípios do Paraná, hoje prejudicados pelo critério que vem sendo utilizado.

Permita-me, Sr. Presidente, mais alguns instantes para dar ciência também a esta Casa de medida que está tramitando no Congresso Nacional e que entendemos altamente prejudicial aos interesses do Paraná e dos municípios paranaenses. Todos nós sabemos que naquela Casa de Leis tramita um projeto que procura disciplinar a questão do Imposto de Circulação de Mercadorias no que diz respeito aos produtos semi-elaborados; por exemplo: farelo de soja; por exemplo: carcaça de suínos, bovinos... enfim, todo e qualquer produto oriundo da agropecuária e que possa ser exportado na condição de não industrializado e sim de um semi-elaborado.

Pois bem, estes produtos hoje, ao serem adquiridos pelo industrial, eles vêm com um ICMS. Quando este produto é exportado, ele não paga o ICMS, mas ao pagar, não adquire, o exportador, o direito de utilizar aquele crédito anterior.

No Congresso Nacional está tramitando uma lei onde emendas foram apresentadas que, além de não se cobrar o ICMS na exportação, dá direito à pessoa que está exportando, de se creditar daquele ICMS anterior. Além do que, corrigir monetária-

mente todos os créditos hoje existentes. Isto levado a efeito causará, sem sombra de dúvidas, um grande prejuízo aos municípios e cidades paranaenses.

Por esta razão, em nome do Bloco Agropecuário, estamos endereçando correspondência aos Deputados Federais, Senadores, para que não aprovem esta medida que vem beneficiar alguns segmentos e prejudicar, sensivelmente, os municípios e Estado brasileiros.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PT.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDS.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDC.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos à Lideranças do PFL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente,

apenas para manifestar-me favorável às colocações do ilustre Deputado Orlando Pessuti, quando ele, em seu pronunciamento, comunica a Casa estar requerendo a reinclusão, na Ordem do Dia, do Projeto n. 266/90 que trata da nova sistemática de redistribuição do ICM aos municípios. O projeto, de repercussão estadual, visa contemplar os municípios produtores, evidentemente produtores agrícolas. Uma providência que se fazia necessária já há mais tempo.

Com a retirada da Ordem do Dia por decisão do Plenário, acho também oportuno que se volte e a Casa ainda discuta e vote este ano, neste período legislativo.

Há alguns entendimentos, algumas reuniões entre municípios maiores, cerca de dez ou doze, que argumentam que seriam grandemente prejudicados com a propositura inicial. Mas, é do conhecimento de Deputados desta Casa que Senhores Prefeitos estão mantendo reuniões na capital do Estado, e fora também, na busca de um entendimento.

Queria também, da mesma forma, fazer uma solicitação. Gostaria de pedir que os Senhores Deputados desta Casa aproveitem a oportunidade que têm, que temos todos nós,

de estudarmos a proposta da Mesa Executiva objetivando um novo Regimento Interno; as alterações necessárias para que se tenha um novo Regimento Interno adequado à realidade atual, basicamente em virtude da nova Constituição do Estado. Este projeto virá para segunda discussão amanhã e é a oportunidade regimental que teremos de apresentar as emendas necessárias; como o Projeto tem cerca de duzentos e cinquenta artigos, evidentemente, exige de nós dedicação, estudo dedicado.

Portanto, eram essas as minhas palavras reiterando aqui o meu voto, minha solidariedade ao Deputado Pessuti.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A

Mesa apreciará o pedido de Vossa Excelência, conjuntamente com o pedido do Deputado Orlando Pessuti. Tenho certeza que a Presidência, sensível às reivindicações dos pequenos municípios e dos Deputados Orlando Pessuti e Basílio Zanusso, fará com que entre na Ordem do Dia.

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda e Raul Lopes, constantes do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em número de quatro, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 329/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação e acresce parágrafo ao artigo 16 da Lei Complementar n° 14, de 25.06.82, conforme especifica. (Abertura de Concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 329/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 16 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo que se lhe segue:

"Art. 16 - Havendo vaga que deva ser provida através de concurso público, o colegiado competente da Polícia Civil solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a abertura do concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro de Polícia Civil do Estado do Paraná, que preenchem os requisitos do mesmo.

§ 1° - Das instruções para o concurso público, de cuja banca examinadora fará parte pelo menos uma pessoa indicada pelo colegiado da Polícia Civil, constarão: limite de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral, física e mental, e exigências de provas e títulos.

§ 2° - As vagas restantes das mencionadas no "caput" deste artigo, serão preenchidas sempre por candidatos que comprovarem domicílio eleitoral de cinco anos neste Estado.

§ 3° - A habilitação para as vagas de que trata o presente artigo não poderá ser exercida por policiais civis em cuja ficha funcional conste punição da qual não caibam mais recursos".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) PRESIDENTE

RELATOR

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 560/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 196/90), que estende aos ocupantes dos cargos de nível Universitário da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos a Gratificação de Responsabilidade Técnica, prevista pela Lei n° 9.049, de 06 de julho de 1989. Com Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emendas Adi-

tivas de Plenário em número de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Rubens Bueno e Orlando Pessuti, respectivamente, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 560/90

Art. 1° - do Projeto de Lei em questão, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O benefício a que se refere o "caput" deste artigo fica entendido às fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista".

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Eduardo Baggio, Acir Mezzadri, Haroldo Rodrigues Ferreira, 1 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Art. 2° -

Parágrafo Único - Excetuam-se do presente art. os servidores integrantes do quadro próprio de jornalistas, criado pela Lei n° 9.341, de 18 de julho de 1990, para os quais aplicam-se os benefícios desta Lei.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Luciano Pizzato, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Todos os servidores, com exceção dos jornalistas, de nível universitário, integrantes de quadros próprios, do Poder Executivo, têm sensivelmente, aumentadas suas médias de remuneração em relação aos ocupantes de nível universitário do mesmo poder, como benefícios conquistados ao previsto no presente Projeto de Lei, daí a oportuna e correta exclusão dos mesmos do presente benefício.

No entanto, a gratificação de 40% (quarenta por cento) concedida inicialmente, às categorias de engenheiros e arquitetos, que se busca estender, por igual no mesmo percentual, aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, exclui sem justificativa e sem razão de ser os jornalistas, integrantes de quadro próprio - Lei n° 9.341, que não recebem também, quaisquer benefícios concedidos às outras categorias de nível superior, integrantes também de quadro próprio do Poder Executivo.

Logo, para que verdadeiramente como aliás diz a justificativa governamental, haja padronização de tratamento aos profissionais de nível superior, há que se estender também, tal gratificação sob pena de flagrante injustiça à categoria de jornalistas, ocupantes de quadro próprio

criado pela Lei n° 9.341, não se tratando assim, as igualdades com desigualdades.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A Presidência submete a emenda à 4ª Discussão do Projeto de Lei n° 560/90.

Em discussão as Emendas de 3ª Discussão.

Encerrada a discussão. Aprovado.

Em votação as Emendas. Aprovada em 3ª Discussão, a emenda do Deputado Rubens Bueno, Artigo 1º, do Projeto de Lei em questão, fica acrescido do Parágrafo Único, com a seguinte Redação.

(Lê a Emenda).

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas como declaração, até porque constará da Ata por unanimidade, nós o fazemos devido a um entendimento feito na 3ª Votação, que se transformasse num parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - O Deputado Caíto Quintana, esclarece muito bem as conversações que houve entre as Bancadas para que fosse aprovado com unanimidade.

Emenda do Deputado Orlando Pessuti - Artigo n° 2 - Parágrafo Único. (Lê a Emenda).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no Município de Campo Mourão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 500/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 160/90), que autoriza o Poder Executivo a firmar com o Município de Porecatu, Termo de Cessão de Uso do Imóvel pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n° 2.582, de 04 de agosto de 1986, no livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 519/90, de autoria do Deputado João Arruda, que altera a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações do Município de Flor da Serra, constante do Artigo 1º da Lei n° 9.300, de 16.06.90. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 522/90, de autoria do Deputado Orlando

Pessuti, que declara de Utilidade Pública, a FUNDAÇÃO SOKOLSKI NZ, com sede e foro na cidade de Curitiba- Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 541/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 185/90), que institui o vale-transporte no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 568/90, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que altera disposição de lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos servidores do Poder Judiciário (Lei n° 7567, de 08.01.82). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 572/90, de autoria do Deputado Artagnon Mattos Leão, que acrescenta artigos à Lei n° 9295, que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 574/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 201/90, que altera os dispositivos da Lei n° 8925, de 28 de dezembro de 1988, referente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA; conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 588/90, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, que altera a redação das Leis n°s 6639/74 e 7771/83, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 118/90, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição n° 58/90), que aprova as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa, referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 121/90, de autoria da Comissão de Tomada de Contas (ex-Proposição n° 166/90), que aprova a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

158/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 84/90 - ex-Proposição n° 53/90), que ratifica os convênios celebrados em 17.07.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SANE-PAR, e os municípios que especifica, objetivando a implantação do "Sistema de Abastecimento de Água", na forma do Acordo n° 09/89, firmado em 01.06.89, entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul- SUDESUL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 159/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 99/90 - ex-Proposição n° 63/90), que ratifica os convênios já celebrados através da Secretaria de Estado dos Transportes com o Ministério da Aeronáutica e os Municípios que especifica, objetivando a administração, operação, manutenção e exploração dos respectivos aeroportos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 160/90, de autoria da Comissão Geral, (Mensagem n° 96/90 - ex-Proposição n° 61/90), que ratifica os convênios já celebrados em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e, respectivamente, os Municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículos e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 161/90, de autoria da Comissão Geral, (Mensagem n° 95/90 - ex-Proposição n° 64/90), que ratifica o convênio celebrado em 09.02.90, entre a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando a participação do BANESTADO como agente financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimo e subempréstimo, na implementação do Programa Estadual do Desenvolvimento Urbano- PEDU, previsto no contrato de empréstimo n° 3.100- BR, firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 162/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 39/90, ex-Proposição n° 34/90), que ratifica os convênios celebrados em 04.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os Municípios que especifica, objetivando im-

plantação e manutenção dos serviços de assistência jurídica gratuita nos referidos municípios. Ratifica, para os mesmos fins, os convênios celebrados em 04.10.89, com a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura - Faculdade de Direito de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 286/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO SÃO CRISTÓVÃO, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 286/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo São Cristóvão, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno que especifica, ao município de Turvo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 369/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar área de terreno que especifica, ao Município de Turvo.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medi-

da proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 446/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que denomina "Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo", Ensino de 1° Grau, a Escola Estadual Jardim Tropical, Ensino de 1° Grau, no Município de Campo Mourão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 446/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade denominar "Escola Estadual Ivone Soares Castanharo - Ensino de 1° Grau", a Escola Estadual Jardim Tropical, Ensino de 1° Grau, no Município de Campo Mourão.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 506/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de São Jorge D'Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 506/90

P A R E C E R:

O projeto de lei neste parecer enfocado, de autoria do nobre Deputado João Arruda, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São Jorge D'Oeste - Paraná.

O projeto acima mencionado enquadra-se dentro das normas constitucionais e regimentais, nada impedindo a sua tramitação normal pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 524/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA VIRACOPOS e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 524/90

P A R E C E R:

O projeto de lei neste parecer enfocado, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Viracopos, e dá outras providências.

O projeto acima mencionado enquadra-se dentro das normas constitucionais e regimentais, nada impedindo a sua tramitação normal pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 537/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE CANTAGALO, com sede e foro no Município de Cantagalo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 537/90

P A R E C E R:

O projeto de lei neste parecer enfocado, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Agricultores de Cantagalo, com sede e foro no Município de Cantagalo.

O projeto em questão enquadra-se dentro dos parâmetros constitucionais e regimentais, nada impedindo a sua tramitação normal pelos órgãos competentes desta egrégia Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 186/90), que aprova crédito suplementar alterando o orçamento de 1990, da Secretaria de Estado da Segurança Pública. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 548/90

Artigo Único - Os Anexos I, II e III, do projeto de lei em tela, passam a ser os apensos à presente emenda.

Sala das Sessões, em 28.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Lauro Lobo Alcantara, Djalma de Almeida César, José Rogério Carvalho, José Afonso Júnior.

- Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 580/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que estabelece normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 580/90

P A R E C E R:

O projeto de lei neste parecer enfocado, de autoria do nobre Deputado Luciano Pizzatto, tem por finalidade estabelecer normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense.

O projeto acima mencionado enquadra-se dentro das normas constitucionais e regimentais, nada impedindo a sua tramitação normal pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 584/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 209/90), que aprova créditos suplementares, alterando o orçamento geral do Estado, para os órgãos da administração direta e indireta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 584/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem n° 209/90, aprova créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, no montante de Cr\$ 1.308.694.643,00 (um bilhão, trezentos e oito milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seis-

centos e quarenta e três cruzeiros), alocados em órgãos da Administração Indireta, conforme especifica.

Chamada esta Comissão Geral, entende que a apresentação da matéria a esta Casa de Leis torna-se necessária, já que os recursos para a cobertura do referido crédito são decorrentes de remanejamento de dotações orçamentárias dos próprios órgãos e entidades citadas na referida mensagem, tendo como objetivo executar as ações programadas pela Administração Pública Estadual.

Por não haver impedimentos de ordem constitucional ou legal a presente matéria, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 585/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 208/90), que aprova crédito suplementar, alterando o orçamento geral do Estado de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 585/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem n° 208/90, visa obter aprovação de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no montante de Cr\$ 696.675.076,00 (seiscentos e noventa e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e setenta e seis cruzeiros), conforme especifica.

Chamada esta Comissão Geral, entende que a apresentação da matéria a esta Casa de Leis torna-se necessária, já que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Por não haver impedimentos de ordem constitucional ou legal a presente matéria, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 586/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 207/90), que aprova créditos suplementares aos orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9173, de 27.12.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. -

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 586/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 207/90, objetiva colher a aprovação desta Casa de Leis, para créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do presente projeto de lei, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposta em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 119/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 36/90), que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 36/90

P A R E C E R:

Através do Ofício n° 04/90-DAT, a Comissão Executiva e a Diretoria Geral encaminham para apreciação e julgamento desta Comissão de Tomada de Contas, o relatório elaborado pela Diretoria de Apoio Técnico, que compõe a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1989.

O total da despesa orçamentária atingiu um montante de NCz\$ 80.353.053,06 (oitenta milhões, trezentos e cinquenta e três mil, cinquenta e três cruzados novos e seis centavos), isto é, 367,12% superior ao inicialmente programado, que era de NCz\$ 18.679.094,00 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e nove mil e noventa e quatro cruzados novos).

Do total dispendido, 89,32% (oitenta e nove vírgula trinta e dois por cento) foram para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, 10,68% (dez vírgula sessenta e oito por cento) com a Manutenção dos Serviços e Transferências a Pessoas e Auxílios e 5,06% (cinco vírgula zero seis por cento) em investimentos extra-orçamentários.

No Balanço Financeiro, constata-se que

o saldo em Tesouraria que passa para o exercício de 1990, é de NCz\$ 58.527.995,53 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e cinco cruzados novos e cinquenta e três centavos), dos quais NCz\$ 56.873.237,15 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e trinta e sete cruzados novos e quinze centavos) são advindos do resultado da "Receita Patrimonial" extra-orçamentária.

Analisando o processo, fica evidente que a execução foi efetivada dentro dos parâmetros da Lei n° 4230/64, e demais dispositivos legais atinentes, portanto, entendemos que na presente proposição as contas apresentadas estão em condições de serem aprovadas, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VERA AGIBERT - Relatora

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 120/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 37/90), que aprova as contas da aplicação da dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1989, Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N° 37/90

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas da aplicação da dotação de subvenção social, dos Senhores Deputados, regulamentada pela Resolução n° 55/83, de 03 de outubro de 1983, referente ao exercício de 1989, conforme ofício n° 03/DF/90 do Departamento Financeiro, de 19 de janeiro de 1990.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento de caixa e bancária e, relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1989, citando nominalmente os Senhores Deputados e suas aplicações, quanto ao uso da verba de Assistência Social relativa ao mesmo exercício.

Conforme a documentação na apresentação feita, está tudo em ordem obedecendo a regulamentação da Resolução n° 55/83, razão pela qual emitimos parecer favorável à sua aprovação pelos doutos membros da Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 163/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 79/90, ex-Proposição n° 48/90), que ratifica o convênio n° 93/UC, celebrado em 19.03.90, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 164/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 80/90, ex-Proposição n° 49/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de São Miguel do Iguaçu, Matelândia e Xambê, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalação e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 165/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 82/90, ex-Proposição n° 50/90), que ratifica o convênio celebrado em 31.11.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico - CAFE DO PARANÁ, objetivando repasse de recursos para atender serviços de inspeção sanitária no Paraná, do "Programa Produção Animal - Abatedouros Municipais". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 166/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 83/90, ex-Proposição n° 51/90), que ratifica os termos de revigoração dos convênios firmados respectivamente em 11.12.89 e 09.08.89, onde o primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Manguaçu e o outro, entre o Estado do Paraná, através da SEFA e o Município de Dois Vizinhos, ambos objetivando a conclusão da construção do edifício das Agências de Rendas nos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 40/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que regulamenta a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 03, de 20.02.90).

Sobre o referido projeto, parecer da

Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 40/90

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o presente projeto de lei, requerido com Regime de Urgência, tem por escopo regulamentar a utilização do transporte coletivo e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais.

O projeto de lei em tela reveste-se de mais elevado cunho social e vai de encontro ao art. 224 da Constituição Estadual que, entre outras medidas, garante a gratuidade no transporte coletivo urbano e metropolitano aos portadores de deficiências comprovadamente carentes.

Destaque-se que o projeto de lei neste parecer focado, em seus incisos I e II exige a apresentação de documentação específica para a concessão do benefício.

Nestas condições, dada a constitucionalidade do projeto e seu inegável cunho social, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

Aprovado o projeto e o parecer.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 542/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n° 8933/89. (Publ. no D.A. n° 129, de 30.10.90).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 542/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, visa acrescentar itens ao art. 23, II, grupo "B", da Lei n° 8933/89.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, o presente Projeto de Lei de número 542/90, e esse é o momento oportuno que estamos votando em 1.^a discussão a questão da constitucionalidade do

projeto. O presente projeto é, a princípio, inconstitucional, porque ele fere o artigo 155, parágrafo 2º, inciso 12, letra G da Constituição Federal. Uma proposição de redução de ICMS.

Nós temos visto, Sr. Presidente, no curso deste ano, acumulados nesta Casa passagens de isenções, aumentos, por um lado, aumentando o comprometimento do Estado com pagamentos; por outro lado isenções, diminuições de impostos da máquina Estadual.

É inegável para cada um de nós que o Poder Público, quer seja estadual ou municipal não tem podido suportar os seus encargos com a diminuição dos impostos, com a diminuição de fundo de participação e com essa recessão brutal que nos encontramos neste País.

Nós estamos propondo, nesse Projeto de Lei do Deputado Hermas Brandão, uma redução, uma passagem para o Grupo b, no artigo 23 da lei, de determinados equipamentos. Esse Grupo b é uma redução de 25 para 12% no imposto. Muito bem o que é que nós estamos reduzindo? "Máquinas e equipamentos industriais destinados a ativo fixo para ampliação, modernização, implantação de novas indústrias; até aí seria discutível; mas, o que mais: máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo visando a modernização, ampliação, implantação, ou renovação tecnológica dos setores de comércio financeiros e de serviço.

Esta Casa, sem se aperceber, daqui a pouco vota a redução de ICMS, comprometendo o orçamento do Estado para quê? Para, por exemplo, comprar computadores para bancos, os setores mais privilegiados desse momento de dificuldades que o País atravessa, modernização de bancos, modernização de serviços, todos os serviços, numa redução, a certo ponto com sangria violenta na capacidade de arrecadação do Estado; senão por isso, nós não poderemos votar algo que fere a própria Constituição, que foi orgulho do Parlamento nesta Legislatura, quando prevê que as isenções não poderão ser feitas sem que haja o entendimento do Estado e sem que haja o respeito e determinações do CONFAZ. Por isso, eu pediria a esta Casa de Leis de que nós nos posicionássemos contrários ao projeto de lei, porque ele na verdade vem ser mais um instrumento para sugar as combalidas receitas públicas, para beneficiar principalmente no seu interesse do item segundo a modernização dos próprios institutos financeiros, o que vale dizer os próprios bancos, tendo redução de ICMS para a modernização das suas agências, quando nós entendemos perfeitamente que as taxas de juros cobradas hoje é talvez o ramo de atividade que mais tem lucrado dentro do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Aprovado.

Em discussão o projeto. Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Eu solicito ao 1º Secretário, Deputado Eduardo Baggio, que faça a contagem dos votos a favor e contra. Esta Presidência solicita às pessoas estranhas ao Plenário que permitam aos Srs. Deputados tomarem assento para que a gente faça a verificação de votação.

Srs. Deputados que apoiam o projeto queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se. Dezoito Deputados o aprovam, e doze o rejeitam. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas para justificar que nós estamos votando em primeira votação, nós voltaremos na próxima sessão com um trabalho mais profundo a respeito disso mostrando inclusive aonde estão os beneficiários desse projeto para que este Plenário sinta na verdade o que está votando, porque dá para dar o nome aos bois nesse projeto, dos beneficiários, a quem vai atingir, sangrando uma vez mais os cofres do poder público.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 9318, de 12.07.90 (ad referendum do resultado de plebiscito). - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 27.11.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 192/90), que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 7047, de 21.11.78, alterado pela Lei nº 9224, de 09.04.90.- Aprovado. (Publ. no D.A. nº 134, de 07.11.90, Mensagem).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 195/90), que aplica, no que couber, aos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, criada pela Lei nº 9422, de 05.11.90, os direitos, deveres e vedações atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135/90, da Constituição Federal.- Aprovado. (Publ. no D.A. nº 134, de 07.11.90, Mensagem).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 169/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 109/90, ex-Proposição nº 82/90), que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a União, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais com a

UFPR, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 82/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 109/90, a proposição em tela visa autorizar o Poder Executivo celebrar o convênio com a União, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a Universidade Federal do Paraná, visando implantar e operar o Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP.

A autorização para celebrar convênios fundamenta-se no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela aprovação da presente proposição, ratificando com o projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 170/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 89/90, ex-Proposição n° 70/90), que ratifica o convênio celebrado em 22.03.90, entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR e a Fundação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas-Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 70/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 89/90, a proposição em tela visa ratificar o convênio celebrado em 22.03.90, entre o DER e a FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas Mirins.

A presente proposição, solicita a ratificação desta Casa, ao convênio supracitado, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, este convênio foi celebrado em 22.03.90.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n°

171/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 98/90, ex-Proposição n° 69/90), que ratifica os convênios celebrados em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 69/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 98/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis, aos convênios celebrados em 26.12.89, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu art. 54, XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização.

Nestas condições, vemos que a presente proposição obedece aos preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 172/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 102/90, ex-Proposição n° 68/90), que ratifica os convênios celebrados em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 68/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 102/90, a presente proposição solicita a

ratificação por esta Casa de Leis, aos convênios firmados em grau de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu art. 54, XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados a esta Casa Legislativa nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Nestas condições, vemos que a presente proposição obedece aos preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 173/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 103/90, ex-Proposição n° 67/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 67/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 103/90, a proposição em tela visa ratificar os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, nas datas e com os objetivos aos respectivos municípios. E, também, encaminha convênios e respectivos aditivos celebrados através da SESP e os municípios que especifica.

A presente proposição solicita a ratificação desta Casa, aos convênios supracitados, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, este convênio foi celebrado em 29.12.89.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com o projeto de resolução em anexo que encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 174/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 101/90, ex-Proposição n° 65/90), que ratifica os convênios celebrados em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de Céu Azul, Matelândia, Missal, Nova Santa Rosa, Toledo, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras e Vera Cruz do Oeste, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 65/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 101/90, a presente proposição visa ratificar os convênios celebrados em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

A ratificação da proposição em tela, fundamenta-se no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela sua aprovação, ratificando na forma do projeto de resolução que em anexo encaminha.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 117/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 121/90), que solicita autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade matenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para a realização de projetos e publicações conforme especificado no quadro integrante da referida minuta.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 117/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 121/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Sociedade Paranaense de Cultura- SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicações conforme especificado no quadro integrante da referida minuta.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

Analisando os termos do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator.

Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 118/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 122/90), que solicita autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa celebrar convênios com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do livro "Matérias Primas Minerais".

Sobre a referida Proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 118/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 122/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao Convênio celebrado entre o Estado

do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná- SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do Livro "Matérias Primas Minerais".

De acordo com o artigo 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é de competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que por motivo de urgência e de relevante interesse público forem efetivados com essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa nos noventa dias subsequentes à sua celebração.

Analisando os termos do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua autorização, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator.

Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 135/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 134/90), que solicita autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa nos termos da anexa, celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e Região.

Sobre a referida Proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 135/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 134/90, a presente proposição tem por finalidade solicitar deste Poder autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e Região.

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação na

forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 136/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 142/90), que encaminha convênio datado de 17.07.89, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de Erva-Mate, bem como do manejo do Erval a ser implantado no parque Histórico do Mate.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 136/90

P A R E C E R:

Oriunda a Mensagem Governamental n. 142/90, a presente proposição tem por finalidade encaminhar, para fins de referendo deste Poder o convênio datado de 17.07.90, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de Erva-Mate, bem como do manejo do Erval a ser implantado no Parque Histórico do Mate.

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do art. 54, XXI da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 137/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 141/90), que solicita ratificação ao convênio, já celebrado, por motivo de urgência, em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FINEP, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia".

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 137/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n. 141/90, a presente proposição solicita a ratificação deste Poder ao Convênio, já celebrado, por motivo de urgência, em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia".

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do art. 54, XXI da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nós aprovamos hoje em 4.^a discussão e queremos agradecer o apoio unânime dos Srs. Deputados a este projeto de lei e também às emendas apresentadas em 3.^a discussão, de autoria do Deputado Rubens Bueno, e também de nossa autoria, que institui os 40% de gratificação de responsabilidade técnica a todos os ocupantes de nível universitário do Poder Executivo.

Resta-nos evidentemente um questionamento neste instante: nós que tanto temos aprovado em favor do Poder Executivo, do Poder Judiciário, muito pouco temos aprovado em favor do próprio Poder Legislativo do Paraná. Por esta razão, nós consultamos à Mesa e, em especial ao Presidente Anibal Khury, que não está presente, mas, que tomará conhecimento evidentemente, deste nosso questionamento, se a Comissão Executiva tem já pronto um projeto de resolução encaminhando a este Plenário, proposta semelhante, que venha também conceder aos servidores do Poder Legislativo, possuidores de nível universitário, estes 40% de anotação de responsabilidade técnica, que hoje estamos aprovando a todos aqueles que no Poder Executivo estejam nesta condição.

Entendemos que, com aquilo que a Constituição do Estado aprovou da isonomia salarial aos servidores estaduais, e a Assembleia Legislativa não deixa de ser integrante desse conjunto de servidores estaduais, que também aqui sejamos merecedores deste benefício.

Uma outra reivindicação que fazemos, Sr. Presidente, é no sentido de que o Projeto de Lei n° 497/90, que já teve requerimento de nossa autoria, aprovado há alguns dias atrás, seja incluído na Ordem do Dia. O referido projeto, trata da redução da alíquota de produtos derivados de carne, de embutidos, derivados da carne. E, como é do nosso conhecimento, que no dia de amanhã, estará sendo apreciado em 1.ª discussão, projeto autografado pelo Deputado José Rogério, que trata justamente da redução de alíquota de uma série de produtos, entendemos ser oportuno que o Projeto n° 497/90, já tendo sido aprovado a sua inclusão na Ordem do Dia, por este Plenário, seja também colocado em discussão, para que possamos, até quem sabe, estudar junto com o Projeto n° 573, tendo em vista que os dois tratam de assuntos semelhantes, que é redução de alíquota de ICMS para alguns produtos.

Era o que tínhamos e solicitamos de V.Exa. que determine a inclusão deste projeto na Ordem do Dia, como também esperamos ver incluído na Ordem do Dia de amanhã, o Projeto de Lei n° 266/90, que trata da modificação dos critérios de redistribuição do ICMS, e principalmente é oportuno que ele venha à discussão amanhã, porque também amanhã no período matutino estará acontecendo um debate acerca deste assunto, e nada melhor do que debatermos um assunto de manhã, e à tarde aqui virmos votar o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A Mesa registra a preocupação do Deputado Orlando Pessuti, e, passará ao Presidente Anibal Khury as colocações de Vossa Excelência para que os Projeto em pauta sejam colocados na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sobre a Mesa, requerimentos de n°s 2748, 2731 de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimentos de n°s 2751, 2745, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2749 de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2750, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2737, 2736, 2726 e 2727 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprova-

dos. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2730, 2744 e 2742 de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2739 e 2740 de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2741 e 2743, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2746 e 2747 de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2753 de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2738 de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2729 de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2756 e 2757 de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

4.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 372, 513, 533 e 576/90.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 286, 369, 446, 506, 524, 537, 548, 580, 584, 585, 586/90; e dos Projetos de Resolução n°s 119, 120, 163, 164, 165 e 166/90.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 040, 542, 562, 563, 594/90; e dos Projetos de Resolução n°s 168, 169, 170, 171, 172, 173 e 174/90.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 434, 539, 573, 578, 597, 598/90; e dos Projetos de Resolução n°s 039, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187 e 188/90

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 021, 086 e 074/90.

Levanta-se a sessão.